

Empresas que doam para políticos têm prioridades diferentes das da população, por Manuela D'Ávila

(UOL Notícias/Opinião, 23/04/2014) Com cartazes em punho, rostos pintados e bandeiras verde e amarela nas costas, acompanhamos, no ano passado, milhares de brasileiros em movimento por mais qualidade nos serviços públicos. A população foi às ruas para reivindicar mais saúde, educação, mobilidade urbana e mudanças no sistema político.

Leia também: [Pesquisadora debate importância da reforma política para a equidade de gênero \(Agência Patrícia, 14/10/2013\)](#)

Mas, infelizmente, estamos nos aproximando das eleições sem aprovar uma reforma que enfrente o debate sobre o principal problema do sistema eleitoral: o financiamento de campanha.

Em toda a América Latina, a representatividade de parlamentares jovens é de 68 homens e 32 mulheres. No Brasil, temos um Congresso Nacional com 8,6% de mulheres. Também não é grande o percentual de parlamentares que sejam oriundos da classe operária. Ou seja, o povo não se sente representado porque não há identificação com o parlamento.

Um dos fatores para este resultado é a desigualdade econômica entre candidatos, impulsionada pela falta de critérios rígidos e fiscalização do financiamento privado.

Buscamos a regulamentação do financiamento na tentativa de evitar gastos indiscriminados nas campanhas, o caixa dois e, como consequência, a corrupção. A população não pode mais pagar esta conta. Somente reformas estruturais são capazes de alavancar transformações substantivas para os impasses mais antigos da história do Brasil.

Há anos, setores do Congresso Nacional tentam votar uma reforma política de verdade, mas os interesses de distintos setores atrapalham o avanço do projeto. Recentemente, tivemos um avanço positivo em relação à regulação do financiamento de campanha: a votação, ainda inconclusa no Supremo Tribunal Federal (STF), favorável pela inconstitucionalidade do financiamento de empresas às campanhas eleitorais.

No entanto, não faltam ameaças a essa matéria. A principal delas é a tentativa de se incluir na pauta de votações da Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional, elaborada por um grupo de trabalho da casa. Esta emenda, entre outras medidas de retrocesso, constitucionaliza e mesmo amplia o financiamento privado das campanhas. Uma proposta retrógrada, sendo que o que precisa de ampliação com urgência é a democracia.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, entre 2002 e 2010 os gastos totais declarados nas eleições gerais do Brasil cresceram exponencialmente, passando de R\$ 827 milhões para R\$ 4,09 bilhões, um aumento de 394%.

Regras precisam ser estabelecidas para que essas doações não virem alvo de corrupção, de caixa dois e de cobrança de favores. As empresas que contribuem nem sempre têm as mesmas prioridades que o conjunto da população. De acordo com os professores Bruno Wilhelm Speck (Unicamp) e Wagner Pralon Mancuso (USP), os recursos empresariais são a principal fonte de financiamento das campanhas no Brasil, tendo representado 74,4% de todo o dinheiro aplicado nas eleições em 2010 (mais de R\$2 bilhões).

O poder econômico não pode ser o fator que decida uma eleição. A reforma política democrática busca construir um poder político em maior sintonia com o povo brasileiro. A própria pesquisa divulgada pela Ordem dos Advogados do Brasil mostra que 80% dos entrevistados é contra o financiamento privado de campanha. O povo não se sente suficientemente representado pois há baixa identidade com o Parlamento.

As decisões que são tomadas pela gestão pública não podem ser influenciadas pelo o que é mais importante para as empresas que financiam as campanhas eleitorais. A continuidade dessa lógica no sistema eleitoral é

muito perversa para as transformações necessárias que levem ao aprofundamento da democracia no país.

O fim do financiamento privado é a peça-chave para superar os desafios que ainda permanecem e melhorar a imagem da política e dos políticos nacionalmente. O Brasil precisa de uma reforma política ampla e democrática que assegure o pluralismo partidário, resguarde o sistema proporcional, fortaleça os partidos e amplie a liberdade política.

As eleições estão aí e, se a justiça fosse feita, teríamos mais chance de ter no poder políticos com a cara do povo, políticos que representassem o que o povo quer. É essa a política que defendemos.

Acesse no site de origem: [Empresas que doam para políticos têm prioridades diferentes das da população \(UOL Notícias/Opinião, 23/04/2014\)](#)

As afegãs querem mais

(El País, 03/04/2014) As afegãs ocuparam por algumas horas a sede da Loya Jirga, a tradicional assembleia de notáveis. Mil mulheres foram escutar Habiba Sarabi, uma das três candidatas a vice-presidenta nas eleições do sábado (a única com possibilidades de passar ao segundo turno). “Homens e mulheres somos iguais e devemos trabalhar para fazê-lo efetivo”, diz a popular ex-governadora de Bamiyán em um encontro que deixou os talibãs de cabelo em pé.

Mulheres com a cara descoberta, algumas inclusive com o véu caído sobre os ombros, um coro feminino com solista e uma animadora que pedia às assistentes que dessem palmas mais forte para acompanhar o ritmo, enquanto um punhado de homens ajustava os alto-falantes ou movia as cadeiras. Nada disso seria possível a princípios deste século, quando os extremistas islâmicos governavam o Afeganistão com um puritanismo que com frequência alcançava a crueldade. Proibiram a música, o som dos saltos

e até os risos femininos.



Afegãs se inscrevem para votar em uma escola de Cabul. / AP

Apesar de erros e críticas, a nova ordem política que trouxe a intervenção norte-americana para desalojar ao regime talibã beneficiou às afegãs. Conversas com quinze delas, desde uma faxineira até uma médica, passando por professoras e universitárias, confirmam sua satisfação com a mudança. Por nada do mundo, queriam voltar atrás. Ao invés, existe, sobretudo entre as jovens (e 68% da população tem menos de 25 anos), um desejo de avançar para que os direitos conseguidos sobre o papel sejam uma realidade cotidiana.

“Fiquei viúva com sete filhos, e com os talibãs não podia trabalhar, nem sequer sair para fazer compras no bazar”, lembra Parigul Surgari, professora desempregada. “Estamos muito melhor; nossas condições de vida melhoraram, já não estamos confinadas em casa”, assegura Mari, uma contadora de 22 anos, que lembra o terror que os barbudos o causavam na sua infância.

“É verdade que agora há três milhões de crianças escolarizadas, que podemos sair à rua, há mais oportunidades de trabalho e voltamos a pensar no futuro quando antes não tínhamos esperança”, assinala Arzafi, uma licenciada em História Islâmica e gerenciamento de empresas, que há 21 anos dirige a seção feminina da Organização Nacional da Juventude. “Mas

fazem falta mais centros educativos porque não há praças suficientes, e as garotas que terminam seus estudos não encontram trabalho”, precisa.

Marjan Onabi, 30 anos, é uma delas. Voltou para o Afeganistão há dois meses depois de se formar em Medicina na Romênia graças a uma bolsa da União Europeia. No entanto, e apesar da necessidade de médicos, não encontra trabalho. O teria se fosse homem? “Seria mais fácil”, assegura ainda incrédula. Ela se deu um prazo até agosto. “Se não, buscarei alguma outra bolsa para fazer a especialização”. O que gostaria? “Cardiologia ou cirurgia, mas talvez acabe escolhendo ginecologia porque é a única especialidade que as mulheres temos possibilidades aqui”, explica.

“Progrediu-se, mas esperávamos mais”, resume Nilab, que estuda Geografia e Ciências Sociais. Aponta que, apesar dos avanços na legislação, “as mulheres seguem privadas de seus direitos por causa das tradições”.

Se uma mulher casada quer visitar seus pais e o marido se opõe, não resta mais opções do que ficar em casa. Não digamos já se o que deseja é socializar com amigas. Uma garota também não pode estudar se o seu pai se opor. Nenhuma lei respalda esses comportamentos, mas a sociedade e o que dirão pesa sobre as famílias que seguem se atendo a códigos de conduta ultrapassado. Nas zonas rurais, ainda é frequente o uso das filhas para saldar disputas entre vizinhos na ausência de um sistema judicial decente.

Consultadas sobre como romper esse círculo vicioso, todas concordam que se requer que tenha um clima de paz, aumente a educação de mulheres e homens, e se acabe com a pobreza extrema em que vive boa parte da população. A graduada em Medicina atribui uma parte de responsabilidade às mulheres. “Muitas não questionam o estado das coisas porque nunca conheceram algo diferente e nem sequer o imaginam. Mas inclusive entre as que têm preparação, não confiam o suficiente em si mesmas e em sua capacidade de mudar a sociedade”, manifesta.

Ainda assim são numerosas as que deram um passo à frente para converter em realidade as transformações que almejam. A jornalista Humaira Saqib o faz desde um programa de rádio com o que trata de conscientizar seus compatriotas. Por sua vez, Sakeela Naweed, dirige HAMCO uma ONG de

assistência a mães e crianças. “Três décadas de guerras deixaram muitas crianças sem pai e toda a responsabilidade recai nas mães. As mulheres têm que trabalhar, mas carecem de oportunidades”, expõe. Em sua opinião, o problema é que em todos os setores os chefes são homens e quando precisam de pessoal ou colaboradores “o buscam entre seus amigos”, afirma antes de se queixar do nepotismo e a corrupção que pedra o desenvolvimento.

Também as preocupa a insegurança, um conceito difuso que inclui desde os atentados talibãs até os atos de violência dos que com frequência são vítimas.

Acesse o PDF: [As afegãs querem mais](#)

Hidalgo se torna a primeira prefeita de Paris

(El País, 30/03/2014) A socialista Anne Hidalgo, com dupla nacionalidade francesa e espanhola, ganhava na noite deste domingo com folga, pelas sondagens de boca de urna, a batalha entre mulheres pela prefeitura de Paris e salvava assim do desespero os socialistas na capital francesa. Mulher da linha de frente do prefeito que deixará o cargo, Bertrand Delanoë, candidata a sua sucessão, passou de “clara favorita” no início da campanha a “matematicamente favorita”. No primeiro turno, a conservadora Nathalie Kosciusko-Morizet acabou ligeiramente na frente e predizia uma batalha mais apertada que a inicialmente prevista. A nova prefeita de Paris, a primeira mulher à frente da capital francesa, será eleita oficialmente no próximo sábado 5 de abril pelos conselheiros de Paris.

Hidalgo se impunha com 54,5% dos votos ante sua rival conservadora, a ex-

ministra e ex-porta-voz de Nicolas Sarkozy, Nathalie Kosciusko-Morizet, segundo a estimativa de boca de urna do instituto de pesquisas IFOP-SAS. A socialista contava com o respaldo dos Verdes, a terceira força mais votada no primeiro turno, um grupo com o qual pactuou no início da semana. Os especialistas sustentam que conseguiu atrair o eleitorado da esquerda radical. Também pode ter sido beneficiada por uma participação maior de eleitores, o contrário do que ocorreu no resto do país, que se situou em 58,41%, dois pontos mais que nos eleições autárquicas de 2008.

No centro da batalha pela capital se encontravam alguns centros urbanos chave. Em Paris, os eleitores votam por distritos —20 ao todo—, cada um com um número de vereadores, determinado pelos habitantes, e um prefeito de bairro. À margem dos grandes bastiões da direita ao oeste da cidade e os da esquerda ao leste e ao norte, todos os olhares estavam postos no distrito XIV, ao sul, no qual se apresentava a própria Kosciusko-Morizet que ficou no primeiro turno a mais de quatro pontos de sua rival. A mesma estimativa a situava muito trás da socialista Carine Petit, cabeça de lista apoiada por Hidalgo neste núcleo urbano.

A primeira visita prevista na agenda de Hidalgo acontece nesta terça-feira, quando ela deve ir à inauguração da exposição Paris 1900 no Grand Palais de Paris, acompanhando seu mentor. Sua nomeação oficial, se os resultados definitivos a confirmarem, será no sábado pela manhã após o voto dos conselheiros eleitos nas eleições deste domingo.

Hidalgo, de 54 anos, nascida em San Fernando, na província de Cádiz, descendente de exilados republicados pela Guerra Civil, foi a tenente do prefeito Delanoë durante seus 13 anos à frente da prefeitura. Primeiro esteve encarregada da igualdade entre homens e mulheres e depois de urbanismo e arquitetura. Porta-voz de Martine Aubry, reeleita neste domingo prefeita de Lille e com quem trabalhou durante as primárias socialistas que ganhou François Hollande, anunciou sua intenção de se candidatar à prefeitura há um ano e médio. “Não cheguei aqui para ser prefeita, mas a ilusão se completa agora...”, relatou a este diário em uma entrevista durante a campanha.

A abstenção do eleitorado, designadamente pela potencial decepção com o

presidente François Hollande, era a principal preocupação da socialista, que pôs uma ênfase particular no apelo a ir às urnas. Os maus dados do emprego publicados durante a semana, o novo pico de contaminação alcançado na quinta-feira e a pouca qualidade do debate celebrado entre os dois turnos pelas duas candidatas não eram um bom presságio.

Paris, antigo bastião da direita que serviu de base em nos assaltos ao Palácio do Eliseo do ex-presidente conservador Jacques Chirac, se vangloriava desde a chegada de Delanoë de uma boa implantação da aliança esquerda-ecologista. Nas presidenciais, o socialista François Hollande conseguiu 55,6% dos votos na capital, quatro pontos acima de sua média nacional. Embora os socialistas consigam manter a capital, simbolicamente chave e quase uma obrigação para evitar a derrota, a votação autárquica, mais disputada que o previsto, demonstra que não foi imune ao voto sanção.

Acesse o PDF: [Hidalgo se torna a primeira prefeita de Paris](#)

Cota feminina longe da meta

(Correio Braziliense, 20/03/2014) TSE critica a ausência de leis para punir partidos que não tiverem 30% de candidatas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, cobrou ontem punições a partidos políticos que descumprirem a cota de 30% de mulheres candidatas nas eleições. Embora estabeleça o percentual, a legislação eleitoral não prevê sanção aos infratores. “É uma falha da lei não ter essa previsão”, disse o ministro, em sessão solene no Senado para o lançamento de campanha de incentivo à participação da mulher na política.

“Qual é a posição do Brasil no ranking mundial de participação feminina na política? Estamos no 156º lugar. É algo que gera perplexidade e envergonha a todos nós, brasileiros”, lamentou Marco Aurélio. Ele ainda criticou a prática de partidos políticos de usarem candidatas “laranjas” apenas para dizer que cumprem a lei. “O Ministério Público Eleitoral estará atento a fraudes”, alertou.

Para o magistrado, é inválida a resposta dos partidos sobre o descumprimento da cota mínima de candidatas. “Há uma justificativa inaceitável para não se observar o quantitativo mínimo de participação feminina na disputa eleitoral: a falta de candidatas”, comentou. Em 2010, nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, por exemplo, apenas Mato Grosso do Sul cumpriu o percentual de candidaturas femininas, com 30,55% de mulheres na disputa por cadeiras na Casa.

Segundo o TSE, logo depois de Mato Grosso do Sul aparecem Santa Catarina (28,9%) e Rio de Janeiro (28,53%). Os piores índices em 2010 foram os de Goiás (10,49%) e Pernambuco (7,25%).

Acesse o PDF: [Cota feminina longe da meta \(Correio Braziliense, 20/03/2014\)](#)